

## O LUGAR DA GEOGRAFIA NO NOVO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO: RECUOS E DESAFIOS

Ricardo de Jesus Cardoso <sup>1</sup>

### RESUMO

Contextos políticos dos últimos anos forjaram mudanças curriculares no ensino básico brasileiro, os quais indaga-nos os pontos de contatos e intencionalidades que aproximam ações políticas governamentais e a necessidade de uma reforma estrutural neste nível de ensino. Como essas mudanças em andamento afetam o direito a uma educação pública de qualidade e voltada para a justiça social? Neste sentido, este ensaio tem como objetivo central analisar reflexivamente os impactos da implementação do Novo Ensino Médio e da BNCC no nível médio da educação brasileira e seus efeitos no currículo que atingem a Geografia escolar. Quanto à metodologia, propõe-se uma análise das fontes documentais oficiais, principalmente, que norteiam o novo modelo para educação básica. Em relação à referência teórica, fundamentamo-nos em estudiosos que possuem na sua trajetória profissional e acadêmica uma visão ampla da educação no país, os processos históricos que condicionam o atual cenário de movimentos que conduzem a reformas curriculares sob a ótica neoliberal. No âmbito da Geografia escolar, os “novos velhos” rumos da educação básica no Brasil apontam para um lugar fragilizado e esfacelado desta área do saber no conjunto do novo Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Ensino Médio, BNCC, Geografia escolar.

### ABSTRACT

Political contexts in recent years have forged curricular changes in Brazilian Basic Education, which ask us about the contact points and intentions that bring together government political actions and the need for a basic education structural reform. How do these ongoing changes affect the right to a quality public education focused on social justice? In this sense, this essay's central objective is to analyze reflexively the implementation impacts of the New Secondary Education and the BNCC at the Brazilian education secondary level and its effects on school Geography. As for the methodology, an analysis from the official documentary sources is proposed, mainly those that guide the new model for basic education. In relation to the theoretical reference, we are based on scholars who have, in their professional and academic career, a broad view of the Brazilian educational field, the historical processes that give condition to the current scenario for movements that lead to curricular reforms from a neoliberal perspective. In the scope of school Geography, the “new old” directions of basic education in Brazil point to a weakened and crumbling place in this knowledge area within the New Secondary Education as a whole.

**Keywords:** high school, BNCC, scholl geography

### INTRODUÇÃO

Para compreender o lugar da Geografia no Novo Ensino Médio do currículo brasileiro e suas repercussões na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovidas pela Lei

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade do Amazonas - UFAM, [ricardojc\\_geo@yahoo.com.br](mailto:ricardojc_geo@yahoo.com.br);

15/05/2017, parte-se da constatação histórica, econômica e política sobre as novas diretrizes provenientes de demandas neoliberais, tendo no Estado, e seus instrumentos jurídico-administrativos, seu principal articulador e indutor de mudanças estruturais que buscam conformar o sistema educacional a partir de um projeto político e pedagógico, alicerçado na lógica do mercado que poderá significar retrocesso e risco à educação pública em seu aspecto abrangente que inclui o pensamento crítico e o compromisso com a justiça social.

Contextos políticos dos últimos anos forjaram mudanças curriculares no Ensino Básico brasileiro, os quais indaga-nos os pontos de contatos e intencionalidades que aproximam ações políticas governamentais e a necessidade de uma reforma estrutural do ensino básico. Como essas mudanças em andamento afetam o direito a uma educação pública de qualidade e voltada para a justiça social? E qual o lugar da Geografia escolar nas novas diretrizes educacionais e no currículo da educação básica, saber fundamental para a construção de uma visão de mundo? São estas questões que norteiam a discussão que propomos, visando lançar um olhar analítico e crítico sobre os impactos da implementação da BNCC e suas repercussões no ensino de Geografia.

Neste sentido, este ensaio tem como objetivo central analisar reflexivamente os impactos da implementação do Novo Ensino Médio e da BNCC no nível médio da educação brasileira e seus efeitos na Geografia escolar. Quanto à metodologia, propõe-se uma análise das fontes documentais oficiais, principalmente, que norteiam o novo modelo para educação básica. Em relação à referência teórica, fundamentamo-nos em estudiosos que possuem na sua trajetória profissional e acadêmica uma visão ampla do campo educacional brasileiro, os processos históricos que condicionam o atual cenário de movimentos que conduzem a reformas curriculares sob a ótica neoliberal (Giroto, 2021).

Com as reformas nos anos de 1990, a criação das Leis de Diretrizes e Bases tiveram como grande alcance de conquista social a obrigatoriedade do conhecimento básico estendido a todos os brasileiros. O nível médio de ensino incorporou nas bases curriculares diversos ramos das áreas de conhecimento, valorizando o saber plural e, neste contexto, a Geografia reconquistou seu espaço neste importante nível educacional, uma Ciência que amadureceu nas últimas décadas a partir de uma perspectiva pluralista, onde defende-se aqui seu viés voltado para o pensamento crítico, dialético e capaz de captar a diversidade da vida humana, atingindo o entendimento do sujeito e potencializando-o como tal (Damiani, 2001).

Entre as mudanças no novo dispositivo legal no âmbito da educação no Brasil, destaca-se a redução da Geografia em termos quantitativos e qualitativos no novo currículo. Entende-se o documento final da Base Nacional Comum Curricular como uma vitória daqueles que

preconizam educação pública para poucos, uma vez que no processo de debate sobre a BNCC e a forma adotada pelo MEC nas versões finais do documento, acabou-se por privilegiar alguns grupos de especialistas, em detrimento da ampla sociedade organizada, desconsiderando bases científicas e pedagógicas importantes produzidas por pesquisadores, professores, gestores e entidades sobre as questões curriculares e os processos de aprendizagem e desenvolvimento (Sobrinho e Bettiol, 2022).

Segue-se neste breve ensaio algumas considerações contextualizadas e reflexivas que visam contribuir com este embate latente e atual, que é a escalada de ações governamentais, no âmbito das políticas educacionais brasileira, que visam atender a uma racionalidade políticas oposta às concepções que vislumbram uma educação voltada para a transformação e emancipação social (Freire *apud* Silva, 2016). Na parte subsequente, entrelaçaremos o contexto histórico e suas intencionalidades dessas novas diretrizes educacionais, a partir do “novo” lugar da Geografia diluída no Novo Ensino Médio, onde pergunta-se: haverá de fato um lugar para a esta ciência que procura orientar e despertar o cidadão a respeito da realidade em que vivemos? Reduzindo, e até mesmo eliminando o pensamento crítico da formação básica, se atingirá o entendimento do sujeito em sua relação nas diversas escalas espaciais, potencializando o exercício da cidadania, ainda mais considerando a diversidade regional e cultural do Brasil?

## METODOLOGIA

Na tentativa de contribuir com este importante debate que perpassa pelos projetos individuais de cada cidadão e do próprio estado brasileiro, optou-se por pesquisar em fontes bibliográficas e documentais, visando aprofundamento sobre o tema na tentativa de compreensão a respeito dos fundamentos, princípios e intencionalidades que norteiam o conjunto de normas e ações voltadas para o novo Ensino Médio e seus impactos na área de Geografia. Em relação ao método, compreende-se que a perspectiva dialética permitirá uma análise onde busca-se trazer à tona a identificação das contradições presentes na produção do espaço em virtude de seu potencial explicativo, pois permite a observação do objeto na totalidade das relações em que está inscrito, além de preocupar-se com o viés político que condiciona todas as relações sociais, uma vez que:

a concepção materialista e dialética da história é “[...] concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica” (Frigotto, 2000 *apud* Beltrão, 2019).

Neste sentido, propõe-se que uma análise das fontes documentais oficiais (conjuntos de normas que regularizam o campo educacional brasileiro), principalmente, que norteiam o novo modelo para educação básica. Em relação à referência teórica, fundamentamo-nos em estudiosos que possuem na sua trajetória profissional e acadêmica uma visão ampla do campo educacional brasileiro, os processos históricos que condicionam o atual cenário de movimentos que conduzem a reformas curriculares sob a ótica neoliberal (Giroto, 2021)

## REFENCIAL TEÓRICO

Como afirma Freire (*apud* Silva, 2016), a educação deve ser encarada como um ato de conhecimento, mas também político, uma vez que no conjunto da sociedade a ampliação da oferta do ensino público percorreu um longo caminho, sempre alvo de disputas entre as classes antagônicas, porém no Brasil, no campo retórico, a educação é defendida como fundamental, mas nunca se converteu numa prioridade real, traduzida em escola de qualidade, segundo Santos (2014).

Com as reformas nos anos de 1990, a criação das Leis de Diretrizes e Bases tiveram como grande alcance de conquista social a obrigatoriedade do conhecimento básico estendido a todos os brasileiros, ainda que na realidade em pleno século XXI de fato a educação pública de qualidade não chegou uniformemente a todos os lugares do Brasil. Mas é preciso, por outro lado, afirmar que nesta trajetória a última etapa do ensino básico, o nível médio, incorporou nas bases curriculares os diversos ramos das áreas de conhecimento.

Neste contexto, a Geografia como área de conhecimento integrante da educação básica reconquistou seu espaço neste importante nível educacional<sup>2</sup>, uma ciência que amadureceu nas últimas décadas a partir de uma perspectiva pluralista, passando a privilegiar entre seus temas uma ciência que pensa a formação cidadã do sujeito, uma vez que:

O trabalho e a contribuição da geografia vêm no sentido de enfrentar essa discussão, não só em seu aspecto epistemológico, de afirmação da disciplina, mas ao lidar com essa possibilidade real: a transformação do espaço geométrico em espaço social, na prática social, ou socioespacial, decifrando a geometrização do espaço, advinda dos

---

<sup>2</sup> De acordo com Pontuschka et al. (2009), enquanto na universidade, na década de 70 do século XX, os debates se acirravam em decorrência da busca de novos paradigmas teóricos no âmbito do conhecimento em Geografia, a escola pública de primeiro e segundo grau, hoje ensino fundamental e médio, enfrentava um problema ocasionado pela Lei 5.692/71: a criação de Estudos Sociais com a eliminação gradativa da História e da Geografia da grade curricular.

níveis e graus ínfimos de sua apropriação real. O desafio também é político (Damiani, 2001, p. 58).

A Geografia, componente integrante das Ciências Humanas que se ocupa com relação sociedade e natureza, pesquisa o espaço produzido pelas sociedades humanas, concebendo este como resultado do movimento incessante dos grupos humanos, suas interações e contradições nas relações estabelecidas com a o mundo físico nos diversos tempos históricos (Pontuschka et al., 2009).

A Geografia, como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia (Pontuschka et al., 2009, p. 38).

É preciso destrinchar os novos rumos que a Educação brasileira passa percorrer nas últimas décadas, especialmente o momento atual sob a égide do implementação da BNCC e novo Ensino Médio, a partir do seu contexto histórico, da trajetória da Ciência e sua conformação nos níveis básicos de ensino em um país em que a educação, assim como grande parte dos seus cidadãos, ainda está subordinada às forças do mercado em uma sociedade que ainda impera as desigualdades e injustiças, estas refletidas em espaço sem cidadãos (Santos, 2020) e aí que reside a necessidade de se fazer e promover uma Geografia escolar comprometida com ação, construir com o aluno uma compreensão do lugar e do mundo e do seu lugar no mundo, numa ação transformadora e permanente do espaço geográfico (Suertegaray, 2004).

É neste contexto teórico e histórico que iremos, a seguir, elencar e discutir reflexivamente algumas mudanças no Ensino Médio, o lugar da Geografia escolar, no nosso entendimento o não-lugar, suas nuances e desafios.

## **OS POTENCIAIS IMPACTOS DO NOVO ENSINO MÉDIO E DA BNCC NO CURRÍCULO: HAVERÁ UM LUGAR PARA A GEOGRAFIA ESCOLAR?**

Ao batizar de Desordem e Regresso a “nova” reforma do Ensino Médio, Santos (2019) aponta que essa proposta de reestruturação do nível médio educacional brasileiro carrega uma filosofia pragmática, no sentido de reduzir o significado mais complexo da educação ao viés utilitarista economicista, limitando-se aos efeitos práticos, úteis mais precisamente aos imperativos capitalistas. Neste sentido faz-se necessário afirmar que:

Ao contextualizar em quais condições ocorre a formulação de uma base comum de currículo pensada para um país tão diverso cultural, social, econômica e historicamente. É preciso que se diga a quem interessa a BNCC e quais são os sujeitos beneficiados com a sua aprovação. De acordo com a análise feita por Giroto (2017), Banco Mundial e, internamente, “Movimento Todos Pela Educação” e Fundação Lemann são os grandes agentes responsáveis pela difusão de uma visão de educação privada, empresarial, “[...] pautada no discurso do capital humano e na relação simplista entre desenvolvimento da educação e crescimento econômico (Giroto, 2017 *apud* Silva et al. p. 219, 2021).

Nas linhas até aqui expostas, entende-se o documento final da BNCC como uma vitória daqueles que preconizam educação pública para poucos, uma vez que:

No processo de debate sobre a BNCC e a forma adotada pelo MEC nas versões finais do documento, acabou-se por privilegiar alguns grupos de especialistas, em detrimento da ampla sociedade organizada, desconsiderando bases científicas e pedagógicas importantes produzidas por pesquisadores, professores, gestores e entidades sobre as questões curriculares e os processos de aprendizagem e desenvolvimento (Sobrinho e Bettioli, p. 28, 2022).

O contexto que desencadeou a versão final e aprovada da BNCC, tanto na forma como no conteúdo, teve como reflexo no saber geográfico escolar, principalmente de caráter crítico, a fragilização da Geografia, que passa a ser descaracterizada e eliminada no currículo enquanto obrigatoriedade no nível médio da educação básica nacional, reforçando uma lógica técnico-instrumental, onde a “BNCC apresenta uma Geografia sem Geografia, sem contexto, sem história, sem conflito, configurando-se, portanto, em um obstáculo epistemológico” (Giroto, 2021) a ser confrontado por aqueles que acreditam ser esta área um espaço privilegiado para reflexão e formação cidadã do sujeito, uma vez que:

O trabalho e a contribuição da geografia vêm no sentido de enfrentar essa discussão, não só em seu aspecto epistemológico, de afirmação da disciplina, mas ao lidar com essa possibilidade real: a transformação do espaço geométrico em espaço social, na prática social, ou socioespacial, decifrando a geometrização do espaço, advinda dos níveis e graus ínfimos de sua apropriação real. O desafio também é político (Damiani, 2001, p. 58).

O geógrafo Genylton da Rocha (2020), salientou que em relação à Geografia nessa nova estrutura de ensino, percebe-se uma certa perenidade dos conteúdos, considerando as três últimas décadas, dos PCNs à BNCC. No entanto o mesmo autor chamou atenção para a superficialidade do documento que não aprofunda os temas que servirão de base para a construção dos currículos estaduais e municipais. O receio também se situa no fato dos cursos privilegiarem o “como ensinar” em detrimento dos conhecimentos que precisam ser ensinados,

onde a base na concepção do “aprender a aprender”, presente na BNCC sob os termos de competências e habilidades, podem reforçar uma lógica despolitizadora (Rocha, 2020).

Em seu artigo a respeito da presença, cujo autor considera mais ausência intencional, do raciocínio geográfico nos temas da Geografia na BNCC, Giroto (2021) explica a importância do domínio epistemológico do conceito e os sentidos políticos e ideológicos desta área afim de evitar um certo esvaziamento teórico-conceitual, estratégia comum dos movimentos de reformas curriculares sob a ótica neoliberal. O autor propõe que se deve aproximar o que está expresso no documento de uma perspectiva crítica, entendida como um movimento similar ao proposto por Freire, valorizando os inúmeros pensadores que ajudaram a tecer todo o conjunto de conhecimento que a ciência geográfica reúne, condição necessária para contribuir para que os sujeitos tomem consciência de duas condições espaciais em um mundo marcado pela expropriação e alienação espacial (Giroto, 2021).

Sob a ótica de um currículo imposto verticalmente, a partir de intenções e ações elitistas, disciplinas que reúnem saberes críticos perdem espaços nos currículos com suas cargas horárias reduzidas, corroborando com ideias que foram impostas às escolas a partir de 1970, no Brasil, pois deriva de uma lógica voltada para interesses privados, sob viés de uma teoria baseada nas capacidades e competências, conforme citação a seguir:

uma Teoria do Desenvolvimento nos anos sessenta e que, desde os anos 2000, vem sendo revitalizada com novas roupagens, a partir da disseminação de novas categorias, como “empregabilidade” (capacidade individual de inserção e permanência no mercado de trabalho), “competências” (determinadas capacidades a serem absorvidas pelo indivíduo para desenvolver alguma ação), “flexibilidade” (trabalhador adaptável às mudanças inovativas do mercado), “empreendedorismo” (capacidade para criar oportunidades e formas de gerar rendimentos) e muitas outras para superar a crise estrutural do capital em atenção às recomendações de organismos internacionais (Santos, p. 225, 2014)

Neste contexto, a análise que prevalece a partir do (não) lugar da Geografia após a Reforma do Ensino Médio e implementação da BNCC, é a evidência clara da supervalorização da aprendizagem utilitarista em detrimento de um saber holístico, conforme define a carta magna ao orientar que a educação deve atender ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No âmbito da Geografia escolar, as consequências, além da redução de carga horária neste nível de formação e sua disponibilidade em caráter optativo, apontam para a descaracterização de um conjunto de métodos e teorias, construídos ao longo das últimas décadas, a partir de uma perspectiva plural do conhecimento geográfico, fragilizando o papel da educação enquanto espaço de formação do cidadão, voltado para a ressignificação do espaço

uma sua dimensão social, uma vez que os estudos e a compreensão do espaço é exercício e condição para a cidadania (Damiani, 2001).

O ponto de questionamento e olhar que precisamos dirigir para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é o entendimento que os conhecimentos que estão nos currículos refletem a ideia sobre o papel da educação que poderá ser transformadora ou reprodutora e alienante, pois:

Como apontam Rabelo, Borba e Souza (2020), é um instrumento poderoso e o profissional docente tem que estar atento às estratégias escamoteadas, não reveladas desse documento. E é esse o olhar que precisamos dirigir para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois como bem disseram Sacristán (2013) e Young (2014), o currículo está permeado de intencionalidades, de estratégias – portanto, não é neutro que condicionam-no e condicionam os sujeitos que a partir dele serão formados (Silva e et al, 2021, p. 217218).

Portanto, o contexto em que a Base Nacional Curricular Comum – BNCC – foi construída não pode ser analisado isoladamente da teia de questões e interesses que mobilizam ideias e ações a fim de conformar-se em projetos que atendem a segmentos da sociedade e se contrapõem às demandas da coletividade.

A construção de uma base curricular comum no âmbito da educação, deveria contar com a participação já no seu processo de elaboração com diversos segmentos da sociedade, pois trata-se de um documento que comporta conteúdos, métodos, organização do processo escolar e que direciona o tipo de educação recebida pelo conjunto da sociedade, assim como carrega o projeto de nação que se quer atingir, o tipo de cidadão que o Estado quer formar, a perspectiva de futuro da nação (Rabelo, 2020 apud Silva et al., 2021).

Em sua tese defendida em 2019, Beltrão Reafirma o rebaixamento da formação no nível médio de ensino enquanto um projeto altamente articulado com ideias privatizantes. O autor faz uma descrição minuciosa dos movimentos (proposição/tramitação e aprovação) na arena política brasileira a respeito da reforma do Ensino Médio, demonstrando como o golpe parlamentar-jurídico-midiático 2015-2016 mudou os rumos das discussões sobre os dois principais dispositivos aprovados neste período: a aprovação da reforma do Ensino Médio (Lei 12.415/2017) e da BNCC (homologada pelo MEC 14/12/2018).

Observa-se que o movimento institucional-político para a elaboração da BNCC iniciou bem antes, pois em 16 de setembro de 2015 a 1ª versão da BNCC é disponibilizada. Neste sentido, a reformulação curricular do Ensino Médio efetivamente teve nesse documento base o pontapé inicial para a reestruturação do nível médio de formação. Ressalta-se aqui a prioridade dirigida à reforma como condição necessária para a aprovação da Base Nacional Comum



Curricular na sua terceira versão<sup>3</sup>, portanto, trâmite/aprovação que desconsiderou a amplo debate e parte dos conteúdos discutidos na primeira e segunda versões do documento, como aponta Santos (2019).

Sem negar o contexto atual dos problemas estruturais da educação básica no Brasil, em particular o Ensino Médio com seus baixos indicadores, esperava-se pelo menos no âmbito da educação um debate de viés mais democrático que envolvesse, principalmente, os sujeitos que estão na ponta da cadeia educacional, que são os jovens e professores, mas o objetivo das instâncias superiores de poder político e econômico.

O geógrafo Daniel Cara (2021) também coaduna com algumas críticas a BNCC em relação a uma das suas finalidades que é a avaliação em larga escala, espelhada no modelo estadunidense, sendo uma nova roupagem da educação bancária, denunciada por Paulo Freire (1987), pois neste entendimento o aluno é visto somente como um receptáculo de conteúdo voltado para memorização e obtenção de resultados, objetivos bem distantes dos preconizados na Constituição Federal, a busca da efetiva formação cidadã, contribuindo para a formação dos deficientes físicos, como denuncia Santos (2020), ao citar o perigo do saber prático ocupar todo o espaço escolar e ameaçar a médio prazo, ameaça à democracia, a república, a cidadania e a individualidade, uma vez que ao percorrer esse caminho:

Corremos o risco de ver o ensino reduzido a um simples processo de treinamento, a uma instrumentalização das pessoas, a um aprendizado que se exaure precocemente ao sabor das mudanças rápidas e brutais das formas técnicas e organizacionais do trabalho exigidas por uma implacável competitividade. Daí, a difusão acelerada de propostas que levam a uma profissionalização precoce, à fragmentação da formação e à educação oferecida segundo diferentes níveis de qualidade, situação em que a privatização do processo educativo pode constituir um modelo ideal para assegurar a anulação das conquistas sociais dos últimos séculos. A escola deixará de ser o lugar de formação de verdadeiros cidadãos e tornar-se-á um celeiro de deficientes cívicos (Santos, 2020, p. 151).

A natureza dinâmica dos fenômenos sociais e suas repercussões no espaço geográfico exige uma permanente reflexão que possa a conduzir a práxis, no nosso entender o exercício pleno da cidadania. Aos que se colocam ao lado da educação, nas palavras de Freire, enquanto prática de liberdade, deve-se ficar atento a movimentos que visam mutilar temas e conteúdos críticos a respeito do sujeito no mundo, seu tempo e suas contradições.

---

<sup>3</sup> Poucos meses após ascender ao poder, o presidente Michel Temer (2016-2018) editou medida provisória (MP n. 746/2016) para realizar alterações na estrutura e organização do ensino médio. Logo a seguir, a Lei n. 13.415 de 16/02/2017, se homologou a BNCC do ensino médio e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), que promoveram a reforma curricular no ensino médio brasileiro.

Dessa forma, considerando que a BNCC trata-se de um documento base que visa estabelecer um currículo mínimo ao ensino básico, devendo aos entes federativos dos estados e municípios construírem os seus, e a conformação nos documentos centrais da educação de base, afinal são esses currículos que deverão chegar até as os espaços educacionais do território nacional, poderá resultar em retrocessos em nossa já combatida educação pública.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação deve ser encarada como um ato de conhecimento, mas também político, uma vez que no conjunto da sociedade a ampliação da oferta do ensino público percorreu um longo caminho, sempre alvo de disputas entre as classes antagônicas (Freire apud Silva, 2016). A reforma do Ensino Médio, promovido pela Lei 13.415/2017, e a BNCC devem ser vistas como uma manifestação de um projeto de cunho neoliberal que reforçará a desigualdade no país no campo educacional, pois trata-se de novas diretrizes que comportam conteúdos, métodos, organização do processo escolar e que direcionam para um tipo de educação recebida pelo conjunto da sociedade brasileira, assim como carrega o projeto de nação e cidadão que se deseja alcançar.

No âmbito da Geografia escolar, os “novos velhos” rumos da educação básica no Brasil apontam para um lugar fragilizado e esfacelado desta área do saber no conjunto do Novo Ensino Médio, um recuo considerável deste importante saber que procura orientar e despertar o cidadão para o exercício da cidadania plena.

Apesar do governo federal atual de Luís Inácio da Lula da Silva ter suspenso no início de 2023 a implantação do novo Ensino Médio e enviado para congresso um Projeto de Lei que, entre algumas mudanças pontuais consta o retorno da Geografia neste nível de ensino, a BNCC não foi afetada e tem-se um movimento em marcha que visa reduzir, até mesmo eliminar o pensamento crítico dos currículos básicos, além de encaminhar a revogação das conquistas sociais nas últimas décadas, onde a escola poderá reafirmar reproduzir um espaço de formação de verdadeiros cidadãos, privilegiando um projeto de país distante das demandas e celeiro de deficientes cívicos” (Santos, 2002). Este é um desafio dos nossos tempos.

## **REFERÊNCIAS**

BELTRÃO. José Arlen. Novo Ensino Médio: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na Educação Física. 2019. 267 f.

Leise (doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

BRASIL. A Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera a lei 9394/96, as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, poder executivo, Brasília, DF, 16 fev., 2017a. Disponível em: . Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.  
DAMIANI, Amélia Luisa A. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). A Geografia na sala de Aula. 3ª ed. – São Paulo. Contexto, 2001.

DIÁRIO DO PROFESSOR: Dissecando a BNCC com Daniel Cara #11: Entrevistado: Daniel Cara. Entrevistador: Danilo Henrique. Educação, 01 out. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3pHeYTEXL0PYOxUv17Aoav?si=7NdZKs3KQp2jLfZB7d2E3w> . Acesso em 05 mai. 2023.

FREIRE, P.R.N. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

GEOGRAFIA EM CAST: Os desafios da educação geográfica frente à BNCC #03: Entrevistado: Genylton Odilon Rêgo da Rocha. Entrevistadora: Maria Daniely F. Guerra. Universidade Regional do Cariri (URCA), 01 ago. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3m0Qa9aD0lqjvtJzNkVg6?si=INs0oeEzTfORaIpxvhAw6g> . Acesso em 05 mai. 2023.

GIROTTO, Eduardo D. Qual raciocínio? Qual Geografia? Considerações sobre o raciocínio geográfico na Base Nacional Comum Curricular. GEOgraphia, vol: 23, n. 51, 2021.  
PONTUSCHA, Nídia Nacib. et al. Para ensinar e aprender Geografia. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, José Erimar dos. Desordem e regresso: a “nova” reforma do ensino médio e a deficiência cívica sem o saber pensar o espaço e sem o saber nele agir. Geografia Ensino & Pesquisa. Santa Maria, v.23, e4, 2019.

SANTOS, Milton. O espaço do Cidadão. 7ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. Revista Trabalho & Educação. Belo Horizonte, vol. 23, nº1, p. 219-238, jan-abr. 2014.

SILVA et al. A BNCC, a redução da carga horária de geografia e o dilema da seleção dos conteúdos: um debate necessário. Revista Ensino de Geografia (Recife) V. 4, Nº 3, 2021.

SILVA, Matheus M. Contribuições do educador Paulo Freire para o ensino de Geografia. Frutal – MG. Editora Prospectiva, 2016.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak. e BETTIOL, Célia A. Entre o “dito” e o “não-dito”: uma análise crítica da BNCC e do RCA para a educação infantil na Rede de Educação do Amazonas. Debates em Educação, Vol. 14 | Número Especial | 2022.

XV  
ENAN  
PEGE



ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA EM GEOGRAFIA

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. *Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da Geografia.* In: *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares* / Aldo Aloísio Dantas da Silva e Alex Galeno (orgs.). - Porto Alegre ; Sulina, 2004.